

Doi: 10.5281/zenodo.17860498

BELL HOOKS E O TETO DE VIDRO DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Mylenna Novaes Taques Santos¹

Bruna Fernanda Itaoui²

Pedro Fauth Manhães Miranda³

Resumo: Talvez ignorado pela maioria dos homens, o Teto de Vidro é um fenômeno experimentado pelas mulheres, ainda que elas desconheçam tal alcunha, afinal o mercado de trabalho possui uma barreira invisível, mas extremamente resistente, que impede muitas delas de ascenderem nele. Se tal realidade é um fato inegável, ainda mais para as mulheres negras, as quais, vítimas da interseccionalidade entre as dominações racial e de gênero, se encontram na base da pirâmide socioeconômica brasileira. Por isso, esta pesquisa tem por objetivo compreender o fenômeno do Teto de Vidro a partir da ótica racial, revestindo-se de um caráter exploratório, guiado pelo método dedutivo, com revisão bibliográfica de autoras consagradas sobre o tema, especialmente Bell Hooks, e outras pesquisas e documentações indiretas. Os resultados demonstram uma disparidade evidente entre o desenvolvimento laboral das mulheres negras e das brancas, e ainda mais gritante quando comparadas as realidades das mulheres negras com a dos homens (brancos ou negros).

Palavras-chave: Feminismo negro. Mercado de trabalho. bell hooks. Liberalismo.

Abstract: Perhaps ignored by most men, the Glass Ceiling is a phenomenon experienced by women, even if they are unaware of such a nickname. After all, the job market has an invisible but extremely resistant barrier that prevents many of them from rising in it. If this reality is an undeniable fact, it is even more so for black women, who, victims of the intersectionality between racial and gender domination, find themselves at the base of the Brazilian socioeconomic pyramid. Therefore, this research aims to understand the phenomenon of the Glass Ceiling from a racial perspective, adopting an exploratory nature, guided by the deductive method, with a bibliographic review of renowned authors on the subject, especially bell hooks, and other indirect research and documentation. The results demonstrate a clear disparity between the labor development of black and white women, and even more glaring when comparing the realities of black women with those of men (white or black).

Keywords: Black feminism. Labor Market. bell hooks. Liberalism.

¹ Bacharel em Direito. Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail para contato: mylle.taques@gmail.com

² Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail para contato: brunaitaoui@gmail.com

³ Doutor em Direito. Professor colaborador da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail para contato: pedromiranda.adv@gmail.com

INTRODUÇÃO

Igualdade de gênero, trabalho decente e redução das desigualdades constituem, respectivamente, os itens 5, 8 e 10 da Agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ODS 2030). Nesse contexto, é certo que um estudo capaz de conectar três das dezessete metas da ODS 2030 afigura-se relevante, especialmente porque já se passou mais da metade do intervalo entre a fixação da agenda, em 2015, e o seu termo. Não obstante, as mulheres continuam enfrentando muitas adversidades – melhor dizendo, violências e submissões – no cotidiano, notadamente no mercado de trabalho, demonstrando haver um verdadeiro Teto de Vidro, invisível a olho nu, mas muito resistente, que impede as mulheres de se fixar ou ascender neste ambiente.

Porém, se a mulher brasileira se depara com uma realidade desconhecida, muitas vezes sequer imaginada pelos homens, as mulheres negras ainda mais, pois sofrem simultaneamente as mazelas do sexismo e do racismo. A questão da interseccionalidade entre gênero e raça, portanto, é a base sobre a qual este trabalho está alicerçado, nosso mirante, ao passo que a temática do mercado de trabalho é o nosso panorama, tendo as desigualdades como pano de fundo.

O objetivo geral do presente trabalho é compreender o fenômeno do Teto de Vidro a partir da ótica racial, sendo necessário, neste processo, abordar outros conceitos correlatos, como o feminismo liberal, o feminismo negro e o mercado de trabalho feminino, de modo a verificar como o Teto de Vidro limita a inserção e fixação das mulheres negras com o mercado de trabalho.

Nesse contexto, a presente pesquisa se reveste de um caráter exploratório, guiado pelo método dedutivo, com emprego de revisão bibliográfica de autoras consagradas sobre o tema, especialmente Bell Hooks, bem como de outras pesquisas e documentações indiretas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nosso caminho se inicia por uma digressão histórica, conduzida a fim de comprovar as limitações do feminismo liberal, que se desenvolveu a partir da realidade de mulheres brancas de classe média, olvidando-se de outras realidades, marcadamente das mulheres pobres e/ou negras.

A próxima seção aborda o feminismo negro, tendo por referencial teórico os escritos de Bell Hooks, pensadora cujo trabalho reforça o caráter datado das

considerações liberais, demonstrando que as experiências das mulheres negras devem ser inseridas no movimento feminista, de modo a desfazer a ideia deste pensamento como algo unívoco, inclusive no que se refere à inserção delas no mercado de trabalho.

O último capítulo trata especificamente do Teto de Vidro, iniciando por uma perspectiva mais geral, ao trazer dados concretos que se afiguram pertinentes, mas que, ao mesmo tempo, demonstram alguma incompletude, visto não abordarem o fenômeno a partir da ótica racial. Assim, Bell Hooks retorna ao trabalho para dialogar com dados empíricos voltados à realidade das mulheres negras, provando que o Teto de Vidro é ainda mais resistente para elas.

Diante do exposto, espera-se jogar alguma luz sobre as disparidades enfrentadas pelas mulheres, especialmente as mulheres negras, no mercado de trabalho, pois reconhecer tal realidade é o primeiro passo para alterá-la e, enfim, concretizar as metas inicialmente citadas.

O FEMINISMO LIBERAL E AS SUAS LIMITAÇÕES

Ao longo da História as mulheres foram sub-representadas, mal representadas ou, pior, sequer representadas, tanto na esfera social, política e cultural. Por exemplo, em “A Política” (2006), clássico grego, Aristóteles estabelece que foi a própria natureza que determinou quem tem poder de comando e quem está fadado à submissão, defendendo a condição de superioridade do homem em relação à mulher como advinda dessa ordem.

Já na Idade Média, a Igreja desponta como instituição que orientava a vida social, inclusive controlando a sexualidade feminina. A narrativa do Jardim do Éden – com a sedução de Adão por Eva, que o induziu a desobedecer às ordens divinas e, assim, excluiu a humanidade do paraíso – foi o principal argumento na repressão dos desejos femininos. A mulher trazia em sua natureza a marca do pecado original e, portanto, para evitar a ameaça do mal, a sexualidade feminina deveria ser fortemente reprimida (Pires, 2016).

A partir do século XVIII, porém, com as Revoluções Liberais, o ideal de liberdade, o individualismo e o Estado Mínimo passam a embasar a ideologia

dominante. Em vista disso, as primeiras mulheres feministas incorporaram muitas definições e pressupostos do Liberalismo Político, como a não interferência do Estado no arranjo das funções sociais e a autonomia privada. Entretanto, não era questionado o poder na esfera doméstica.

Assim, o Feminismo Liberal encontra várias críticas, entre elas: de buscar apenas soluções formais aos problemas das mulheres, sem a devida emancipação e igualdade material; e, ao pleitear a não intervenção estatal na vida privada, proteger os abusos que ocorrem no âmbito familiar, por exemplo, o estupro matrimonial (Cyber, 2009).

Carole Pateman (2023), embora admita que o feminismo nasceu do discurso liberal e de suas ideias abstratas de igualdade e liberdade, afirma que o liberalismo e o patriarcalismo sempre estiveram intrinsecamente relacionados. Afinal, as características atribuídas por tal ideário a todo ser humano, quais sejam, a igualdade e liberdade, não se estenderiam às mulheres, tal como afirmava, por exemplo, John Locke (1994). E ainda hoje, é possível reconhecer resquícios deste discurso.

Não por acaso, nas relações de trabalho, constatamos que uma minoria de mulheres ocupa posições bem remuneradas no mercado de trabalho, pois “o mercado capitalista é patriarcal, estruturado pela divisão sexual do trabalho” (Pateman, 2023, p. 203). Ou, dito de outro modo, conforme Luís Felipe Miguel (2000, p. 5):

A homologia entre as relações de trabalho e o matrimônio tradicional levou diversas teóricas feministas a apresentarem uma leitura do mundo moderno em que dominação de classe e de gênero possuem o mesmo estatuto. Para elas, capitalismo e patriarcado são os dois elementos definidores das sociedades contemporâneas, sem que se possa considerar um mais fundamental que o outro.

É nesse contexto que, para Engels, “[...] o primeiro tipo de opressão de classe foi a opressão do sexo feminino feito pelos homens, e acrescenta que, dentro da família, o marido é o burguês e a esposa representa o proletariado” (Pateman, 2023, p. 204). A partir disso, é possível estabelecer uma relação entre o contrato de trabalho e o de casamento, bem como entre o capitalismo e o patriarcado, pois o marido, em certa medida, se apropriar do trabalho realizado pela esposa no âmbito doméstico.

O motivo pelo qual as feministas apelaram tanto para esta associação decorre das condições coercitivas na participação dos contratos, sendo os trabalhadores

coletivamente aprisionados do mesmo modo que as mulheres seriam coletivamente coagidas a se casarem. Contemporaneamente, porém, impasses começaram a ser verificados nessa analogia. Explica Pateman (2023) que no trabalho assalariado, o trabalhador livre vende a sua força, o que não ocorre na realidade da vida da mulher casada.

Uma dona de casa não é apenas um trabalhador que está fora dos locais típicos de trabalho, mas alguém que não se adequa ao conceito de trabalhador, pois, o trabalho doméstico é submetido sexualmente. Ela não vende o seu trabalho – não há símbolo de troca – porque seu marido detém autoridade sobre ela por ser homem: o “trabalho de uma dona de casa é propriamente chamado de servidão doméstica ou, mais educadamente, de serviço doméstico. O trabalho doméstico não é trabalho. O trabalho acontece no mundo masculino do capitalismo e dos locais de trabalho” (Pateman, 2023, p. 207).

O que é recebido pelos homens a título de salário é encarado muitas vezes como um salário família, isto é, montante correspondente ao sustento seu, de sua esposa e de seus filhos. Já o que é realizado pela dona de casa não é incluído, seja na linguagem popular seja nas estatísticas oficiais, como parte integrante do conceito de trabalho.

Mesmo quando esposas trabalham seus salários são, em geral, encarados como complementares à renda e não como principal, além de realizarem o que se denomina “dupla jornada”. Em suma, Pateman (2023, p. 205) conclui que “a sujeição das mulheres não poderia ser diretamente subsumida à subordinação classista”.

Pelo exposto, resta cristalino que o feminismo, sob influência dos ideais liberais, tem o seu potencial emancipatório abafado, senão obstruído, o que se torna ainda mais preocupante em sociedades capitalistas neoliberais, que se estruturam na ficção da meritocracia com iguais oportunidades para todos. É justamente no sentido de sanar tal lacuna que Bell Hooks propõe uma nova vertente feminista, a qual, partindo do mesmo objetivo de igualdade entre os gêneros, se propõe a compreender realidades ignoradas pela proposta hegemônica do feminismo, em especial a das mulheres negras.

BELL HOOKS⁴ E O FEMINISMO NEGRO

Reconhecida por seus trabalhos em relação ao feminismo negro, teoria crítica, interseccionalidade, identidade, racismo, opressão de gênero e colonialismo, Bell Hooks, em seu livro “Teoria Feminista: da margem ao Centro” (2019), traz, além de outras questões sobre desigualdade de gênero, um contraponto às teorias feministas brancas, as quais historicamente dominaram o debate sobre o tema, haja vista seus privilégios.

A autora aborda a importância de entender o feminismo como um movimento inclusivo, acessível a todas as pessoas, independentemente de gênero, classe, raça ou outra característica individual. Sendo errada a percepção de que o feminismo é apenas um movimento de ódio contra os homens, assinala ser, na verdade, uma luta contra as estruturas opressivas e patriarcais que prejudicam tanto as mulheres como os homens.

Igualmente, critica a ideia de ser esta uma causa ultrapassada e desnecessária, destacando que a opressão sexista ainda está presente em várias esferas da sociedade, como na política, economia e cultura. Enfatiza a persistência do sexismo e dos estereótipos de gênero, bem como a violência contra as mulheres como evidências contundentes da necessidade contínua do movimento. Ainda, salienta que não se trata de um movimento homogêneo, mas sim composto por diversas correntes de pensamento e abordagens.

A autora evidencia que as “feministas radicais” propagam a mensagem de que todos os homens seriam inimigos de todas as mulheres, o que pode ter fomentado a resistência e a mudança individual, bem como a união entre as mulheres e a tomada de consciência política, mas não fortaleceu a compreensão pública sobre o movimento. Tais ativistas, em sua maioria socialmente privilegiadas noutros aspectos, não se preocuparam em esclarecer aos homens e outros grupos de mulheres que o feminismo é importante também para eles. “De forma narcisista, focavam apenas na primazia do feminismo em suas vidas, universalizando suas próprias experiências.

⁴ Em relação à grafia do nome da autora, pseudônimo em homenagem a avó, serão usadas letras minúsculas em todas as citações, pois, a mesma afirmou que desejava ser conhecida por sua obra e não pelo seu nome (Caruso, 2021).

Construir um movimento feminista de massas nunca foi a questão central de sua agenda.” (Hooks, 2019, p. 59).

Ao não se enfatizar a necessidade de um movimento de massa, acabaram por marginalizar o movimento, fazendo-o parecer relevante apenas para as integrantes das organizações. Por isso, Hooks postula ser necessário mudar a direção, pois, de outro modo, o sexismo continuará a embasar o cotidiano de múltiplas mulheres, dado o seu caráter mais sutil em relação às outras dominações sociais.

Diferentemente de outras formas de opressão, a maior parte das pessoas testemunha e/ou vivencia a prática da opressão sexista no âmbito familiar. O racismo e a opressão de classe tendem a ser testemunhados e/ou vivenciados fora de casa, na sociedade em seu aspecto mais amplo. (Hooks, 2019, p. 61)

Nesse sentido, para Hooks, em nossa sociedade, a função da família é distorcida e acaba sendo um espaço em que aprendemos a sistemática da dominação, aceitando-a e reproduzindo-a. A família ocidental tradicional possui regras autoritárias estabelecidas, que se expressam nas relações entre os membros, mesmo aquelas que não possuem integrantes masculinos. Não por acaso, há aqueles que defendem o êxito do movimento feminista na abolição da família enquanto instituição social, o que é contestado por Hooks.

O fato é que o Estado, fundamentado no patriarcalismo, estabelece a família como a base de sua ideologia de controle hierárquico e poder coercitivo, não sendo incomum tampouco surpreendente a impressão de que as famílias estão se desagregando ou que a dimensão positiva da vida familiar está sendo ofuscada. Diante dessa preocupação comum, posturas feministas em detrimento do valor da família são facilmente incorporadas aos interesses do Estado, o qual projeta a ordem vigente, ou mesmo o antifeminismo, como sendo o melhor caminho para melhorar a vida familiar.

As ativistas precisam, em contrapartida, anunciar a importância da família como estrutura capaz de reunir e manter os vínculos entre as pessoas; expor a relação entre a opressão sexista e a degradação familiar; e demonstrar como a família pode se restaurar com a abolição de regras sexistas:

Se existem feministas brancas para quem a família é primordialmente uma instituição de opressão (talvez por ter sido a estrutura social na qual sofreram abusos e exploração), muitas mulheres negras veem a família como a instituição menos opressiva de todas. A despeito do sexismo, o contexto familiar também pode propiciar a vivência de valores como dignidade, autoestima e humanidade, em contraste com a opressão que vigora no mundo lá fora. Sabemos, a partir de nossas experiências pessoais, que as famílias não se resumem aos lares constituídos por marido, esposa e crianças ou mesmo pelos parentes; também sabemos que padrões destrutivos gerados pela crença no sexismo existem em variadas estruturas familiares. Desejamos armar a primazia da vida familiar porque sabemos que os vínculos familiares são o único sistema sustentável de suporte para pessoas exploradas e oprimidas. Desejamos extirpar da vida familiar os abusos criados pela opressão sexista e não desmerecer a família enquanto tal (Hooks, 2019, p. 72).

Tais esclarecimentos corroboram a ideia de que o feminismo não é unívoco, pois não há uma única realidade feminina, tal como inexiste apenas uma vivência do que é ser mulher. Um exemplo citado por Hooks é da autora Leah Fritz, que afirma ser a opressão um elo comum entre todas as mulheres. Porém, “há muitas mais evidências corroborando o fato de que as identidades de raça e classe criam diferenças – raramente superadas – em termos de qualidade de vida, status social e estilo de vida, e que isso impera sobre todas as experiências comuns partilhadas pelas mulheres.” (Hooks, 2019, p. 28).

Ainda, Hooks discorre sobre o sentimento de um movimento de luta pelos direitos de mulheres e o sentimento mútuo entre elas ter durado pouco tempo.

Esses sentimentos, partilhados por muitas feministas no começo do movimento, infelizmente não perduraram. À medida que mais e mais mulheres adquiriram prestígio, fama ou dinheiro, quer com seus escritos feministas quer com os ganhos obtidos pelo movimento feminista em virtude da maior igualdade na força de trabalho, o oportunismo individual prejudicou os apelos à causa coletiva. Mulheres que não se opunham ao patriarcado, ao capitalismo, à distinção de classes sociais ou ao racismo de repente passaram a se intitular como “feministas”. (Hooks, 2019, p. 31).

Por conseguinte, o feminismo acabaria se desvirtuando, assumindo uma aparência não revolucionária, por se tornar um feminismo de elites. “[P]ara resistir a essa cooptação, é preciso antes de tudo construir uma perspectiva feminista diferente – uma nova teoria –, cujo pressuposto não seja a ideologia do individualismo liberal” (Hooks, 2019, p. 33). Ocorre que, após conquistar seus interesses a partir do

movimento, as mulheres brancas não se sentiriam confortáveis ou mesmo se dispuseram a realizar críticas a ele.

Porém, no último capítulo de “E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo”, Hooks deixa claro que as mulheres negras no século XIX estiveram mais conscientes da opressão sexista do que qualquer outra mulher na sociedade americana:

Não foram apenas o único grupo feminino mais vitimizado pela discriminação sexista e pela opressão sexista, a sua impotência era de tal forma resistente que dificilmente podia tomar a forma de ação coletiva organizada. O movimento de direitos de mulheres do século XIX podia ter providenciado um fórum para que as mulheres negras exprimissem as suas queixas, mas o racismo das mulheres brancas impediu-as de participarem de forma total no movimento. Para além disso, serviu como um túmulo que lembrava que o racismo tinha de ser eliminado antes de as mulheres negras serem reconhecidas como tendo voz igual às mulheres brancas nos assuntos dos direitos das mulheres. As organizações de mulheres e os clubes do século XIX foram quase sempre segregados racialmente, mas não significava que as mulheres negras participantes nesses grupos fossem menos comprometidas com os direitos das mulheres que as participantes brancas (Hooks, 2014, p. 116, destaque nosso).

A resistência, portanto, se dá no entender do feminismo como uma teoria em construção, necessitando ser questionada, criticada e confrontada com novas perspectivas, inclusive e especialmente a partir do feminismo negro. Como coletivo, as mulheres negras ocupam uma posição única na sociedade. Não apenas porque estão na base da pirâmide social, mas também porque seu status é inferior ao de qualquer outro grupo, carregando o peso da opressão sexista, racista e de classe. Ao mesmo tempo, elas não foram socialmente constituídas para assumir o papel de exploradoras/opressoras, pois não lhes foi concedido nenhum “outro” institucionalizado para explorar ou oprimir.

Mulheres brancas e homens negros teriam duas opções: podem ser opressores ou podem ser oprimidos. Em relação aos homens negros, são vítimas de racismo, mas o sexismo lhes permite agir como exploradores de mulheres. Já as mulheres brancas, são vítimas de sexismo, mas o racismo lhes permite agir como opressoras de pessoas negras.

Ambos os grupos têm estabelecido movimentos de libertação que favorecem seus interesses e apoiam a contínua opressão de outros grupos. Para Hooks (2019,

p. 40), “o sexismo dos homens negros tem minado a luta pela erradicação do racismo, da mesma forma que o racismo das mulheres brancas tem minado a luta feminista”.

Exemplifica a autora com sua experiência na academia, em que mulheres brancas agiram de forma indulgente, visando lembrar que o movimento feminista pertencia a “elas” – que a participação de mulheres negras só se deu porque elas permitiam e as encorajavam, algo necessário para legitimar o processo. Assim, mesmo as mulheres negras com ensino superior – especialmente, as de origem operária e pobre – eram frequentemente tratadas com desdém, sendo ouvidas apenas quando suas falas ecoavam os sentimentos ligados ao discurso dominante.

“Geralmente as mulheres brancas que vivem muito ocupadas publicando artigos e livros sobre a ‘desaprendizagem do racismo’ mantêm uma atitude arrogante e condescendente em relação às mulheres negras” (Hooks, 2019, p. 37), e essa posição de autoridade de uma sobre as outras é legitimada e mantida porque o sistema racista, classista e elitista permanece intacto. Isto posto, a crítica realizada por Hooks ao feminismo que conhecemos hoje, ocorre não para que a luta feminista seja reduzida, mas sim para que haja a construção de uma teoria plural e uma prática libertadora a todas.

BELL HOOKS E O MERCADO – NEGRO E FEMININO – DE TRABALHO

Historicamente, os escritos feministas revelavam um viés classista burguês, tomando o trabalho – puro e simples, sem maiores adjetivações – como instrumento de libertação da mulher. Muitas dessas autoras, inclusive, vislumbravam a saída de casa para trabalhar e, no processo, a quebra da dependência econômica dos homens, como saída para a maior parte dos problemas que enfrentavam, ignorando que muitas mulheres já trabalhavam fora de casa e que isso não lhes trazia libertação, muito menos autossuficiência econômica.

Nesse sentido, Bell Hooks aponta que o feminismo não surgiu das mulheres mais vitimadas pela sociedade, mas sim por mulheres privilegiadas, que, apesar de sofrerem com o sexismo, não sofriam com as questões de violência, classe e raça. É o que a autora indica ao analisar o escrito de Betty Friedan (1963), *The feminine*

mystique, o qual “ainda é saudado como o livro que abriu caminho para o movimento feminista contemporâneo” (Hooks, 2015, p. 193), senão vejamos:

A famosa frase de Friedan, ‘o problema que não tem nome’, muitas vezes citada para descrever a condição das mulheres nesta sociedade, na verdade se refere à situação de um seleto grupo de mulheres brancas casadas, com formação universitária, de classe média e alta – donas de casa entediadas com o lazer, a casa, os filhos, as compras, que queriam mais da vida. Friedan conclui seu primeiro capítulo afirmando: “Não podemos continuar a ignorar essa voz íntima da mulher, que diz: Quero algo mais que meu marido, meus filhos e minha casa”. A autora definiu esse “mais” como profissões, sem discutir quem seria chamado para cuidar dos filhos e manter a casa se mais mulheres como ela própria fossem libertadas do trabalho doméstico e tivessem o mesmo acesso a profissões que têm os homens brancos. *Ela não falou das necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres, e não disse aos leitores se era mais gratificante ser empregada, babá, operária, secretária ou uma prostituta do que ser dona de casa da classe abastada* (Hooks, 2015, p. 193-194, destaque nosso).

Portanto, essa defesa do trabalho como libertação feminina serviu, outrossim, a dois propósitos, quais sejam: o de motivador ideológico para as mulheres brancas com ensino superior voltarem ao mercado de trabalho com fins de realização pessoal; e àquelas sem ensino superior, que tolerassem empregos com baixa remuneração a fim de complementarem a renda doméstica, permitindo, com isso, a manutenção de um padrão de vida que não mais era possível financiar *apenas* com a renda do homem.

Em suma, Friedan focava apenas no sofrimento de mulheres brancas de classe média e alta, tomando-as como representação de todas as mulheres estadunidenses. “O racismo emerge constantemente nos escritos das feministas brancas, o que só reforça a supremacia branca e nega às mulheres a possibilidade de superar politicamente as limitações raciais e étnicas.” (Hooks, 2019, p. 27).

Nesse contexto, a compreensão do trabalho como libertação feminina acabou por alienar muitas mulheres do feminismo, seja por já trabalharem e, portanto, em tese, já estarem “libertas”, seja por verem no ingresso de mais mulheres brancas na força de trabalho uma espécie de ameaça ao próprio trabalho, como pontuou, conforme observado pelo escritor Benjamin Barber (1975 *apud* Hooks, 2019). E não apenas o seu próprio trabalho, mas também o de homens negros, especialmente os mais jovens.

Quanto ao primeiro ponto, importa destacar, conforme observa Hooks, que:

Enfatizar o trabalho como chave da libertação das mulheres fez com que muitas feministas brancas engajadas sugerissem que as mulheres que trabalhavam estavam “já libertadas”. Na verdade, estavam dizendo para a maioria das mulheres empregadas que “o movimento feminista não é para vocês”. Ao formular a ideologia feminista desse modo, como se ela fosse irrelevante para as mulheres que trabalham, as mulheres brancas e burguesas na verdade estavam excluindo essas outras mulheres do movimento. Com isso, elas puderam moldar o movimento feminista de forma a fazê-lo servir aos interesses de sua classe, sem ter de confrontar o impacto, positivo ou negativo, que as reformas feministas propostas teriam sobre a classe trabalhadora feminina (Hooks, 2019, p. 151).

Por outro lado, as falhas de então servem para melhor posicionar o movimento futuramente:

Se melhorar as condições do ambiente de trabalho das mulheres tivesse feito parte da agenda feminista em conjunto com os esforços para obter melhores salários para elas e conseguir empregos para as mulheres desempregadas de todas as classes, o feminismo teria sido visto como um movimento voltado às questões que dizem respeito a todas as mulheres (Hooks, 2019, p. 152).

Mais recentemente, contudo, tem ganhado destaque a temática da feminização da pobreza, em um momento no qual o empobrecimento feminino tem aumentado entre as mulheres brancas e, mesmo, de classe média. Quanto ao ponto, Hooks, ao realizar um resgate histórico, observa que o fenômeno já podia ser verificado na década de 1970, muito embora o período em questão costume ser mais lembrado como a “década da libertação”.

É nesse sentido que, aponta a autora, “acabar com a exploração econômica das mulheres poderia se tornar o ponto da agenda feminista que atenderia ao interesse da massa das mulheres” (Hooks, 2019, p. 161), eliminando, no processo, a lacuna existente entre a minoria ativa do movimento e a maioria que com o feminismo não se envolve diretamente. Um feminismo que não mais servisse aos interesses de grupos específicos.

Essa transformação passaria por descortinar novos programas econômicos, com Hooks sugerindo, dentre outras medidas, notadamente: a redução da jornada de trabalho com vistas à criação de mais empregos; a expansão de políticas de bem-estar social; bem como voltadas à educação financeira das mulheres. Em suma, para Hooks, “quando as mulheres perceberem que suas preocupações econômicas estão

no centro da agenda do movimento feminista, se sentirão mais inclinadas a examinar a ideologia feminista” (Hooks, 2019, p. 163). Significaria, dito de outra forma, trazer as necessidades mais elementares ao centro das demandas do movimento.

Ademais, a exploração no trabalho, no mais das vezes, não se dá exclusivamente em termos econômicos, mas também de outras formas que se retroalimentam.

As mulheres são economicamente exploradas no trabalho, mas também são exploradas psicologicamente. São educadas pela ideologia sexista a desvalorizar a contribuição de sua força de trabalho. Através do consumismo, são ensinadas a acreditar que o trabalho só é importante por conta da necessidade material, não como uma forma de contribuir para a sociedade, como exercício da criatividade, ou para experimentar a satisfação de desempenhar tarefas que beneficiem a si e aos demais. (Hooks, 2019, p.156)

Ao repensar a natureza do trabalho, o feminismo auxilia as mulheres que trabalham senão a se impor, ao menos a, em um primeiro momento, reconhecer as explorações e dominações sofridas, inclusive de modo a descortinar o aparente paradoxo do fenômeno do “Teto de Vidro”.

AS MULHERES E O TETO DE VIDRO

A expressão Teto de Vidro (*glass ceiling*) foi cunhada em 1978 nos Estados Unidos, em uma palestra realizada pela escritora Marilyn Loden. Significa, simbolicamente, uma parede transparente, mas extremamente resistente, que as mulheres encontram ao tentarem progredir em níveis hierárquicos nos quais atuam profissionalmente (Carvalho Neto; Tanure; Andrade, 2010 *apud* Beltramini; Cepellos; Pereira, 2022).

As desigualdades sociais para as mulheres nascem do ambiente doméstico, mas se perpetuam no espaço cultural e especialmente no ambiente de trabalho, onde, majoritariamente, atuam em funções de baixo prestígio e remuneração (Beltramini; Cepellos; Pereira, 2022). Por conta desse cenário, a inserção feminina no mercado de trabalho se constitui, historicamente, como um processo muito difícil.

Em uma pesquisa realizada pelo Instituto Ethos em 2016 com 27 empresas entre as 500 maiores do país, foi possível perceber que as mulheres, além de estarem sub representadas de forma geral no quadro de funcionários, enfrentam um afunilamento hierárquico que as exclui de participar em maior

proporção dos cargos mais elevados na escala de hierarquia. O estudo mostra que as mulheres representam somente 13,6% do quadro executivo, percentual que não sofreu alteração em comparação com o resultado de 2010. (Haddad; Pero, 2022, p. 03)

Para Yasmin Haddad e Valéria Petro (2022, p. 03), “o preconceito e a discriminação contra as mulheres são características essenciais do teto de vidro, explicando em parte a dificuldade de ascensão das mulheres na carreira e manutenção em postos de liderança e gerência”.

Beltramini, Cepellos e Pereira (2022) complexificam a questão, indicando que a literatura acerca do teto de vidro possui três vertentes que buscam explicar o fenômeno. A primeira enfatiza a questão da discriminação; a segunda, a diferença comportamental entre homens e mulheres (Coelho, 2006 *apud* Beltramini, Cepellos e Pereira, 2022); e a terceira toma a participação feminina em cargos de chefia e direção como algo mais difícil não por conta do preconceito, mas sim pelo conflito entre carreira feminina e maternidade (Serafim; Bendassoli, 2006 *apud* Beltramini; Cepellos; Pereira, 2022).

Em relação à entrada da mulher jovem no mercado de trabalho, esta é marcada, no caso brasileiro, dentre outras, pelas seguintes dificuldades, sendo agravadas pelas questões de raça e classe: cuidado dos filhos pequenos, tempo dedicado aos cuidados domésticos ou com familiares, estrutura demográfica, situação econômica, nível de formação acadêmica, além dos discursos de autoafirmação individualistas que colocam as jovens como únicas responsáveis por seu destino (Beltramini; Cepellos; Pereira, 2022).

Apesar das mulheres possuírem maior taxa de frequência escolar líquida no ensino médio (73,5%) em relação aos homens (63,2%), e possuírem taxa maior de conclusão de ensino superior (33,9% contra 27,7%), ainda auferem menor rendimento (R\$ 1.764,00) em comparação aos homens (R\$ 2.306,00), conforme dados extraídos do Informativo sobre Estatísticas de Gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil (IBGE, 2018, p. 1).

No país, no ano de 2016, “as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas)” (IBGE, 2018, p. 3). Ao analisarmos por faixa etária, as jovens

de 14 a 29 anos dedicaram 15,8 horas contra 9,6 dos jovens (*idem*). Os dados convergem com as conclusões de outras pesquisas, segundo as quais

[...] as pessoas ocupadas com cargos de gerência e direção trabalham, em média, 6 horas a mais do que a população em geral, o que possivelmente explica, em parte, a pequena participação feminina nessa ocupação, tendo em vista que recai sobre mais fortemente sobre as mulheres conciliar trabalho dentro e fora do lar. (Haddad; Pero, 2022, p. 10)

Em 2019, “as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas contra 11,0 horas)” (IBGE, 2021, p. 3). Fazendo-se um corte em relação à raça, as mulheres pretas ou pardas ocupam 22 horas contra 11 horas dos homens pretos ou pardos. Já as mulheres brancas ocupam 20,7 horas contra 10,9 dos homens brancos (*idem*).

Analisando-se os dados econômicos, a taxa de participação das mulheres com 15 anos de idade ou mais, em atividades produtivas, é de 54,5% contra 73,7% dos homens da mesma faixa etária. Já quando analisamos o nível de ocupação das mulheres sem crianças ou com crianças de até 3 anos de idade vivendo em seu domicílio, na faixa etária de 25 a 49 anos de idade, temos um percentual, respectivamente, de 67,2% e 54,6% (IBGE, 2021, p. 1).

Assim sendo, podemos concluir que o Teto de Vidro é uma realidade inegável no contexto brasileiro, sendo primordial retomarmos Bell Hooks para uma análise mais aprofundada, e racializada, deste fenômeno.

O TETO DE VIDRO SOB O VIÉS DO FEMINISMO NEGRO

Como visto, Bell Hooks evidencia as diferentes formas de opressão que dificultam a igualdade na luta feminista. A opressão sofrida pela mulher branca difere daquela enfrentada pela mulher negra, mesmo que ambas sejam vítimas do sexismo no ambiente de trabalho. Os estudos acerca do fenômeno do teto de vidro analisam os motivos do porquê as mulheres, no geral, não conseguirem subir de cargos, trazendo justificativas para tanto, mas não buscam compreender a questão interseccional.

Em 2022, cerca de 32,3% das mulheres do Brasil se encontravam abaixo da linha de pobreza, ou seja, tinham renda domiciliar per capita de até U\$6,85 por dia.

Entre as mulheres pretas ou pardas, entretanto, o percentual era de 41,3% nesta situação, contra 21,3% das mulheres brancas (IBGE, 2022). É interessante também trazer à luz um outro dado, como complemento: em 2019, considerando apenas a principal violência sofrida nos últimos 12 meses, cerca de 5,7% das mulheres brancas relataram ter passado por violência psicológica, física ou sexual praticada por ex ou atual parceiro íntimo. A proporção era maior para as mulheres pretas ou pardas (6,3%) (IBGE, 2022).

Ainda, a teoria do teto de vidro, por si só, não busca desvendar a complexidade nas formas de opressão por conta das intersecções, onde, em alguns casos, a mulher pode estar em posição de opressora, e não de oprimida, como em situações às quais mulheres brancas oprimem e excluem mulheres negras em certos ambientes e, em especial, no mercado de trabalho, ocorrendo racismo, e não sexismo. Analisar o teto de vidro sobre o prisma do feminismo negro, portanto, se torna uma alternativa na medida em que se busca realmente fazer uma análise da realidade.

O olhar de Bell Hooks para a realidade das mulheres desde 1981, com a publicação da obra “Eu não sou uma mulher”, trouxe respaldo para compreender que é necessário, em uma agenda feminista, a percepção da existência da complexidade das opressões enquanto fator crucial para criação de lutas feministas, incluindo a necessidade de todas as mulheres dentro das demandas do feminismo, não somente as necessidades das mulheres brancas. Luana Pinheiro também contribui nesse sentido e, após relembrar as três vertentes que tentam justificar o teto de vidro, aponta que:

Se esses são pontos comuns, em alguma medida, à experiência política das mulheres, é fundamental reconhecer que, entre as próprias mulheres, existem desigualdades que as tornam um grupo bastante heterogêneo, e que fazem os obstáculos quanto à participação política maiores para as mulheres negras do que para as brancas (Pinheiro, 2023, p. 373).

Historicamente, mulheres negras sofrem mais do que mulheres brancas por conta da sua cor, e no mercado de trabalho isso não seria diferente. Bell Hooks (2014) discute, em uma de suas obras, como ser mulher escrava trazia uma condição mais desumana do que ser apenas homem escravizado:

A mulher africana educada na arte da obediência pela alta autoridade da tradição da sua sociedade foi provavelmente vista pelo homem branco escravista como um sujeito ideal para a escravatura. Enquanto a maior parte do trabalho a ser realizado nas colônias americanas foi na área da agricultura com enxada, sem dúvida ocorreu aos escravagistas que as mulheres africanas, acostumadas em desempenhar o trabalho árduo nos campos enquanto também desempenhavam uma larga variedade de tarefas domésticas, seriam muito úteis nas plantações americanas (Hooks, 2014, p. 15).

Além do trabalho, a mulher negra era explorada como doméstica, reprodutora e objeto sexual. Sofria, dessa forma, vários enquadramentos violentos, e muitos destes e/ou seus resquícios, embora não nos moldes da escravidão, permanecem até hoje. Diante disso, cabe o questionamento: o teto de vidro é o mesmo para mulheres brancas e mulheres negras? É o mesmo para mulheres ricas e mulheres pobres?

Dado todo o exposto, é certo que tais questões se configuram como meramente retóricas. Afinal, a desigualdade das mulheres em relação aos homens e, mais ainda, das mulheres negras em relação aos demais grupos populacionais, resta evidente, nos fazendo concluir que são variados os tetos de vidro, de modo que algum aprofundamento empírico se faz necessário, notadamente no caso das mulheres negras.

Partindo da PNAD Contínua de 2019, as economistas Haddad e Pero encontraram resultados que corroboram, na prática, o fenômeno do teto de vidro voltado às mulheres, bem como suas clivagens raciais:

Primeiro, é possível observar que, embora representem cerca de 51% da população, as mulheres são só 40% das pessoas em cargos gerência e diretoria no país. Outra questão interessante é que as pessoas brancas representam em torno de 61% dos dirigentes e gerentes, embora somente 37% da população se declare como branca. Esses dois dados parecem corroborar a ideia de que existe uma barreira que limita a ascensão de mulheres e pessoas pretas e pardas a cargos de comando. (Haddad; Pero, 2022, p. 10)

Vale apontar que o teto de vidro é verificado mesmo em regiões de predominância negra, como Salvador – BA cuja população de tal grupo étnico corresponde a 80% do total. Porém, informam Santos e Filgueiras (2020, p. 123-124) que “na cidade do Salvador, as mulheres brancas ocupam 26,2% dos cargos de direção e esse número cai para 8,9% em se tratando de mulheres negras”.

A disparidade é igualmente observada mesmo em ambientes altamente escolarizados, tomando-se, por exemplo, a população de egressos de Ciências Agrárias e Tecnologia em Agronegócio formados em instituições de ensino públicas de Goiás, com 593 questionários colhidos entre os anos 2021 e 2022. É certo que o agronegócio é um ambiente com características masculinas, mas, ainda assim, a desigualdade salarial não deixa de impressionar:

Na indagação sobre a renda das profissionais pretas egressas, verifica-se que a situação é ainda mais crítica: 64% delas possuem renda de até 2 salários mínimos; a renda média das mulheres pretas é de 2,2 salários mínimos, contrastando significativamente com a renda média dos homens: 6,9 salários mínimos.

Comparou-se, a seguir, o nível de escolaridade atual de homens e mulheres, a fim de observar se este fator poderia justificar a diferença na renda. Os dados revelam que, em maior proporção, as mulheres deram continuidade aos estudos e são maioria entre os que possuem pós-graduação lato sensu e mestrado. Por conseguinte, seu nível educacional é superior ao dos homens. Assim, avalia-se que a remuneração inferior das mulheres não está relacionada ao seu nível de escolaridade, uma vez que estas combinam níveis de escolaridade mais elevados com rendas mais baixas. (ARANTES, *et. al.*, 2024, p. 8-9)

Poder-se-ia imaginar que no serviço público, os resultados poderiam ser diversos do mercado privado, mas tal não é a conclusão que chegou Luana Pinheiro, ao verificar a sub-representação de mulheres negras nos postos diretivos do Executivo Federal entre 1999 e 2020:

[A]s mulheres negras vão sendo progressivamente excluídas dos espaços de trabalho à medida que caminhamos da sua representação na população brasileira (quase 29%), para sua presença no mercado de trabalho (onde respondem por 23%), e, finalmente, para sua participação no serviço público federal, espaço no qual ocupam apenas 16,5% do total de postos de trabalho (Pinheiro, 2023, p. 381).

O padrão, infelizmente, se repete nas demais áreas de trabalho, tanto que, em uma perspectiva mais geral, novamente partindo da PNAD Contínua de 2019, Haddad e Pero comprovam ser o abismo salarial uma regra, e não a exceção, quando se levam simultaneamente em consideração os critérios gênero e raça:

Os modelos apontam evidências de um “teto de vidro” também para as pessoas pretas e pardas, tendo em vista que ser branco implica um rendimento 14,8% maior do logaritmo do salário/hora no quantil 10 e esse valor é aproximadamente 10 pontos percentuais maior (23,7%) no quantil 90 [a pesquisa ora abordada dividiu, progressivamente, as rendas pesquisadas nos quantis 10, 50 e 90]. Quando consideramos a variável de interseção entre

ser mulher e preta ou parda, é possível perceber que ela se mostra significativa e negativa em todos os modelos (ficando em 0,413 no quantil 90 na amostra geral, 0,401 no setor privado e 0,511 no setor público), o que evidencia a situação de grande vulnerabilidade desse grupo específico de mulheres em termos de retornos salariais. (Haddad; Pero, 2022, p. 10)

O Teto de Vidro, portanto, não é apenas um conceito teórico à espera de comprovações empíricas. É uma realidade que vitima todas as mulheres, mas, inegavelmente, mais as mulheres negras, desnivelando de modo injusto e determinista as oportunidades de um grupo muito específico da população, o qual já se encontra na base da pirâmide socioeconômica. Portanto, estudos que analisem e esclareçam tal fenômeno são imprescindíveis, visto que o Teto de Vidro, em última instância, reflete negativamente não somente sobre as mulheres e mulheres negras, mas sobre toda a sociedade, que continua a se estruturar sobre desigualdades impositivas, beneficiando uns e prejudicando outros de modo desleal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se, com o presente artigo, trazer à tela uma reflexão sobre a importância atualíssima dos debates envolvendo feminismo, trabalho e o conceito Teto de Vidro em conexão à temática racial. Sem que se pretendesse promover uma análise exaustiva sobre tema tão abrangente, almejou-se, outrossim, uma análise ampla, didática e visceral, a qual acredita-se tenha sido capaz de contribuir com o debate acerca do tema, também demonstrando a questão em exame a partir de dados empíricos, obtidos através de pesquisas científicas e informativos do IBGE.

Este estudo, embora preliminar, destaca o Teto de Vidro como uma barreira persistente que afeta as mulheres no mercado de trabalho brasileiro, corroborando as teorias de Carole Pateman, no que se refere às críticas ao feminismo liberal, e de Bell Hooks, quanto à necessidade de um enfoque racial para tal debate. Neste sentido, observou-se que o teto de vidro é algo concreto, uma realidade palpável para as mulheres, mas especialmente para as mulheres negras.

A metodologia exploratória e dedutiva empregada na revisão bibliográfica reforça a necessidade de abordagens mais profundas que possam contribuir para estratégias eficazes no combate à desigualdade de gênero no ambiente profissional.

Além disso, a educação e a conscientização sobre os direitos das mulheres e a igualdade de gênero devem ser intensificadas, tanto nas instituições educacionais quanto no local de trabalho.

Em suma, faz-se urgente repensar criticamente o fenômeno do Teto de Vidro, partindo-se não apenas da perspectiva de gênero, ontológica ao próprio conceito, mas atravessando-a por outros critérios, como o racial, apresentado no presente trabalho, e igualmente outros possíveis, como idade, nacionalidade, transgenariedade etc. Tais novas possíveis abordagens podem tornar (ainda mais) evidentes as múltiplas submissões decorrentes do capitalismo neoliberal, o primeiro passo para que a igualdade, material e de fato, possa ser atingida

Espera-se que as contribuições do presente artigo possam auxiliar, de alguma forma, futuros estudos sobre os temas do feminismo e sua relação com o trabalho, em especial os relacionados ao conceito Teto de Vidro.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Cássia da Silva Castro; LEMOS, Ana Heloísa da Costa; MEDINA, Gabriel da Silva; CRUZ, José Elenilson. O agro é masculino: discriminação profissional de mulheres no agronegócio. **CADERNOS EBAPE.BR** (FGV), v. 22, p. 1-16, 2024. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/91082> Acesso em: 10 ago. 2024.
- ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 3ªed. - São Paulo: Martins Fontes, 2006. E-book.
- BEASLEY, Chris. **What is feminism, anyway?:** understanding contemporary feminist thought. Allen & Unwin, 1999.
- BELTRAMINI, Luisa de Moraes; CEPELLOS, Vanessa Martines; PEREIRA, Jussara Jéssica. Mulheres jovens, “teto de vidro” e estratégias para o enfrentamento de paredes de cristal. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 62, n. 6, 2022. Disponível em: www.scielo.br/j/rae/a/q8xLSPzQMPMFfLWzf9X9GVx Acesso em: 01 de maio de 2024.
- CARUSO, Gabriela. O vazio deixado pelas referências que se vão – Ou: perdemos bell hooks. **FGV DIREITO RIO**. Disponível em: <https://diretorio.fgv.br/noticia/o-vaziodeixadopelas-referencias-que-se-vao-ou-perdemos-bell-hooks#>. Acesso em: 27 mar. 2024.

CYFER, Ingrid. Liberalismo e feminismo: Igualdade de Gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. **Revista de sociologia e política**, v. 18, p. 135-146, 2010. Disponível em: www.scielo.br/j/rsocp/a/rWv78Q85myrS3pv4FKXvYsC Acesso em: 03 mar. 2024.

ESTATÍSTICAS SOCIAIS. Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza. **Agência IBGE notícias**, [S.L.], 08 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza>. Acesso em: 06 ago. 2024.

HADDAD, Yasmin; PERO, Valéria. Mulheres no comando? Segregação hierárquica e disparidades de gênero no mercado de trabalho brasileiro. In: Encontro Nacional de Economia - ANPEC, 2022, Fortaleza. **Anais do 50º Encontro Nacional de Economia - ANPEC**, 2022. Disponível em: www.anpec.org.br/encontro/2022/submissao/files_l/i13-c0f2fe50086905491767580d2ec0d8a9.pdf Acesso em: 05 jun. 2024.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S.L.], n. 16, p. 193-210, abr. 2015. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608> Acesso em: 10 jul. 2024.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher**: mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Plataforma Gueto, 2014. 139 p. Disponível em: https://plataformagueto.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf. Acesso em: 06 ago. 2024.

HOOKS. Bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). **Estatísticas de gênero**: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/estatisticas-de-generoindicadores-sociais-das-mulheres-nobrasil> Acesso em: 10 jun. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). **Estatísticas de gênero**: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101784> Acesso em: 10 jun. 2024

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria Política Feminista e Liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, 2000, p. 91-102. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/vDKFNS5yzCMK54mWRN6vSDB/?lang=pt>. Acesso em: 16 de mar. de 2024.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. 5º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023;

PINHEIRO, Luana. Quando o teto de vidro se torna de concreto: a sub-representação de mulheres negras nos postos diretivos do executivo federal entre 1999 e 2020. **Trajetórias da Burocracia na Nova República**: heterogeneidades, desigualdades e perspectivas (1985-2020), [S.L.], p. 371-405, 8 fev. 2023. Ipea. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-047-9/capitulo12>

PIRES, João Davi Avelar. Misoginia medieval: a construção da justificação da subserviência feminina a partir de Eva e do pecado original. **Faces da História**, v. 3, n. 1, p. 128-142, 2016.

SANTOS, Taynan Alves; FILGUEIRAS, Taíse dos Anjos. A presença do racismo na trajetória de mulheres negras no mundo do trabalho: possíveis contribuições da psicologia. In: CASTILHO, Daniela Barbosa de. **Cultura e Sociedade**. Ponta Grossa: Atena, 2020.

Recebido em 15/08/2025

Versão corrigida recebida em 30/10/2025

Aceito em 02/11/2025

Publicado online em 10/12/2025